

Guimarães, 8 de Julho 2010, XII Congresso Internacional de Formação para o Trabalho, Norte de Portugal/Galiza.

Conferência Inaugural

## Novos profissionais da educação e formação: é preciso recomeçar enquanto continuamos a caminhar.

Joaquim Azevedo<sup>1</sup>

Obrigado, mais uma vez, pelo vosso amável convite desta feita para proferir a conferência inaugural do vosso XII Congresso, que vivamente felicito. O tema escolhido é muito pertinente e oportuno: os novos profissionais da educação e da formação para o trabalho, desafios e exigências da aprendizagem ao longo da vida.

A minha reflexão incide sobre dois pontos de enquadramento conceptual e sobre quatro desafios que ousou deixar-vos para vossa consideração: podeis fazer deles o que quiserdes, já fico contente por os poder enunciar, certo de que os enuncio como um fruto de uma experiência acumulada, com honestidade intelectual e com esperança num futuro mais justo e solidário, que favoreça a emergência luminosa do rosto de todos e de cada um dos seres humanos que povoam a Terra.

1.

Filósofos e sociólogos apontam para a emergência da sociedade de “risco” (Beck), da sociedade “líquida” (Bauman), da sociedade “invisível” (Innerarity), da sociedade “vulnerável e precária” (Castel), da sociedade do “conhecimento” (Carneiro). Há uma forte tendência para assinalarem as mudanças de paradigmas, a aceleração da indeterminação do presente e do futuro, a persistência das desigualdades e, em muitos casos, das injustiças sociais e da fome, a sobreinformação e, ao mesmo tempo, a crescente dificuldade de se saber o que se passa, as perdas progressivas das tradicionais referências territoriais nacionais (Innerarity diz mesmo que “o estado nacional transformou-se em actor semi-soberano”, 2004:109), o aumento das redes de pertença e o surgimento da nova sociedade reticular, sem centros muito definidos, a transformação da política numa representação e em jogos complexos de sedução, em que tende a vencer a melhor encenação em vez do debate e da escolha da melhor proposta, o alargamento da insegurança e do medo junto de todos os cidadãos, que faz disparar a procura de múltiplas seguranças, a constatação, um pouco desesperada ou pelo menos impotente, acerca da desorientação face ao futuro, que deixou de ser aquilo para que ele foi e continua a ser projectado, as mudanças profundas no trabalho, fruto tanto de constantes alterações técnicas como da sobredeterminação de uma lógica “eficientista”, determinada pelo desejo de enriquecimento galopante de uma minoria, as alterações profundas nas profissões e nos vínculos laborais, o desemprego de grandes franjas da população e o subemprego de muitas

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa e membro do Conselho Nacional de Educação

Beck  
Innerarity  
(2004)  
Castel

Bauman ✓  
Castel ✓

outras. A lista é longa (e incompleta), esta realidade é conhecida, mas tem de ser sempre evocada, pois **é dela que temos de partir e a ela que temos de regressar**. A cada pessoa e ao seu contexto. Falamos afinal de educação e formação.

Todos estes sinais que prendem, uns mais que outros, a nossa atenção, suscitam simultaneamente desesperança e ânimo, desencadeiam tanto a vontade de ficar cada vez mais ensimesmados, em protectoras “comunidades de mesmidade” (Bauman), como a disponibilidade para construir uma sociedade de rosto solidário e justo, pois um futuro assim tão aberto retira-nos da frente dos olhos as supostas fatalidades de muitas narrativas com que nos animavam (ameaçavam) no passado. A liberdade é imensa, o difícil é exercê-la de modo autónomo, responsável, livre e solidário. A contingência tomou o lugar da certeza e dos múltiplos determinismos. E, como o futuro está aberto, a política, o espaço público, a polis, o exercício da humanidade de cada um e da cidadania, é o único lugar onde mora a construção social fascinante de um mundo de rosto mais humano, neste início crítico do Séc. XXI. As crises sociais constituem grandes oportunidades históricas, assim as saibamos viver e pensar, passo a passo.

Como nos têm lembrado constantemente organizações mundiais como a ONU e a UNESCO, o ser humano está no princípio, no meio e no fim de qualquer processo de desenvolvimento. Mais, o desenvolvimento humano é o próprio eixo central do desenvolvimento social. Só uma perspectiva antropológicamente fundada e valorizadora da alteridade nos pode permitir, na prática, valorizar a democracia e a paz, a justiça e a solidariedade. Nas sociedades humanas, o destino comum é indissociável do destino de cada um e o destino de cada um é indissociável do destino comum: ninguém se salva sozinho, estamos todos no mesmo barco que aparentemente se afunda. Se a subjectivação do destino humano transporta para as agendas políticas novas visões e novas prioridades, apela sobretudo para novos processos sociais, na busca de novos resultados acessíveis a todos.

2.

A pedagogia é esse racional teórico-prático que procura compreender o desenvolvimento humano, onde assenta toda a educação. E à pedagogia subjazem princípios fundamentais que orientam qualquer instituição e acção educativas.

A pessoa humana, cada pessoa, está no centro de toda a actividade educativa: em cada jovem, em cada profissional, em cada idoso com que deparamos mora sempre uma pessoa única, com uma dignidade inalienável e inviolável, que está acima e antes de qualquer enquadramento institucional ou função social. A educação e a formação são essa “arte” de promover o desenvolvimento humano de cada pessoa, que nasce incompleta e só se des- envolve verdadeiramente na medida em que dá lugar ao outro e este o des-oculta solidariamente e convoca a desabrochar a humanidade indizível que o habita. Por isso, as aprendizagens (escolares e sociais<sup>2</sup>) não se traduzem apenas em percursos de socialização e de formação para

---

<sup>2</sup> Uso os termos educação escolar (a que se refere ao sistema de educação pré-escolar e ao ensino de todos os tipos, desde que realizada no contexto escolar, com programas de estudo, perfis de docentes pré-definidos, avaliação, certificação e diploma escolar) e educação social (todas as modalidades de educação realizadas nos contextos sociais mais heterogéneos, sem características escolares) para evitar cair na

o exercício da cidadania responsável, traduzem-se antes e acima disso em **percursos de personalização**, construídos na alteridade, itinerários de irrupção de cada um no confronto livre com os outros, em dinâmicas sociais relacionais de interdependência, de cooperação, de respeito e de liberdade.

Todas as pessoas que aprendem, desde crianças até às idades mais avançadas, não são peças da máquina educacional e formativa, estatal ou privada, sujeitas às regras da competição e objectos de mercado e sujeitos de consumo, são seres humanos únicos que devem merecer o maior acolhimento e a melhor hospitalidade, no respeito pela sua singularidade e segundo dinâmicas singulares de personalização e de sociabilidade, pois, em termos educativos e formativos, como aqui os esboçamos, quando chegamos ao encontro com o outro, a sua interioridade já se expandiu em constelações que são maravilhosas fontes de aprendizagem para nós, em especial para todos os pedagogos, promotores do desenvolvimento humano.

A acção pedagógica socioeducativa tem um papel central nas sociedades de hoje, pelas possibilidades e oportunidades que representa de favorecer este desenvolvimento humano personalizado de todos e de cada um, ao longo de toda a vida e com a vida, num contexto tão marcado pela fragmentação social e pelo estilhaçamento da própria vida de cada um. O contexto social hodierno não podia ser mais inquietante, pois coloca aos jovens e aos adultos questões novas, que inquietam e minam a confiança nas instituições existentes, mas ao mesmo tempo acalentam novos horizontes de cooperação e criatividade e apelam para a necessidade imperiosa de construirmos, em conjunto, no quadro de uma construção solidária, interprofissional e interinstitucional, outros modos de viver em comum e em paz.

A acção pedagógica que se desenvolve nas escolas, nos centros de formação profissional e nas comunidades, as comunidades de aprendizagem social ou as “cidades educadoras” (como outros lhe chamam<sup>3</sup>), deveriam assentar nestes pressupostos antropológicos e éticos, de tal modo que a sua concepção, planeamento e execução se guiassem por um conjunto de vectores principais:

(a) no que respeita à *acção de educar*:

-o reconhecimento de que cada pessoa (na educação escolar e na educação social, em particular em todas as modalidades de qualificação) é sempre mais do que os contextos e os epítetos que a classificam, é uma história e uma vida interior únicas, em contínuo florescimento (Baptista, 2005);

-toda a acção socioeducativa deve criar as condições para a irrupção dessa história e dessa vida interior, pois cada pessoa já é detentora de um saber e deve continuar a aprender a desenhar a sua história, num ambiente aberto, de confronto com os outros, de estímulo e de reconhecimento;

---

cilada de caracterizar algum tipo de aprendizagem com o prefixo de “não” (p.ex. não-escolar, não-formal, etc.).

<sup>3</sup> Embora contenham algumas diferenças, estes conceitos são contíguos e este não é o momento para aprofundar estas diferenças, embora elas fiquem à vista ao longo do texto, à medida que explicito o que penso (cfr Azevedo, 2009).

-só uma visão positiva sobre o outro, todos e cada um, carregada de esperança, dá conta da capacidade humana inalienável em ordem à perfectibilidade, qualquer que seja a situação concreta em que cada pessoa se encontre (e há cada vez mais situações desesperantes), pois cada cidadão “é uma pessoa, ou seja, um sujeito activo e responsável do próprio processo de crescimento, juntamente com a comunidade de que faz parte” (CPJP, 2005);

-a educabilidade de cada ser humano, a manifestação da sua humanidade única sob o estímulo da acção pedagógica, necessariamente solidária, tem de estar inscrita na matriz de todos os projectos e dinâmicas de mediação socioeducativa, no quotidiano da livre e responsável acção dos professores e demais educadores;

-as aprendizagens para serem significativas requerem a construção, geralmente muito lenta, de itinerários pessoais, forjados nas relações interpessoais e apoiados por dinâmicas interinstitucionais e por redes sociais localmente tecidas. A cooperação na lentidão deve ser uma característica das instituições de educação e formação. Instituições “que dão tempo ao tempo”, como tão bem dizemos na nossa língua, que criam e valorizam os tempos de encontro, de relação, de criação de laços, acções tantas vezes tão difíceis de des-envolver em outros espaços sociais.

(b) no que respeita às *dinâmicas socioeducativas comunitárias*<sup>4</sup>:

-o *encontro e o conhecimento mútuo* entre as diferentes instituições de cada comunidade local, cidade ou departamento dentro da cidade, é um imprescindível ponto de partida, que, as mais das vezes, tem de ser precedido de um trabalho árduo de mapeamento e de contacto pessoal de cada uma das instituições que podem e devem ser envolvidas (temos descoberto, na nossa acção concreta em várias cidades, vilas e freguesias, na Universidade Católica, instituições que podem desempenhar um importante papel no apoio a estas dinâmicas socioeducativas, inicialmente insuspeitadas, tais como centros de saúde e jornais locais, cafés e mercearias, juntas de freguesia ou Misericórdias, associações recreativas...)<sup>5</sup>;

-mas não basta conhecer e estar próximo, é necessário *re-conhecer*, conhecer de novo aqueles que já conhecemos. Ou seja, valorizar o que os outros, pessoas ou instituições, fazem, acolher as suas dinâmicas como contributos importantes para a comunidade e para o seu bem comum educacional, descobrir complementaridades de pensamento e acção e lacunas a preencher. Isto corresponde à concretização de duas orientações centrais no desenvolvimento social, enquanto dinâmicas abertas e potenciadores da realização humana de todos os homens e do homem todo: trabalhar de modo interinstitucional e de modo interprofissional.

Podemos mesmo afirmar que sem re-conhecimento não há desenvolvimento social sustentável;

-a *cooperação* surge na sequência dos passos anteriores (ou não, se eles porventura falharem) e traduz-se em construir ou reconstruir redes, em libertar a energia da mesa comum, em criar novos cruzamentos interinstitucionais e interprofissionais, em articular pensamentos e acções

<sup>4</sup> Escola e comunidade: cfr Azevedo, J. (2007). ✓

<sup>5</sup> Cfr este mesmo Agrupamento Escolar de Beiriz e o projecto Fénix (Martins e Alves, 2009 e Azevedo e Alves, 2010) e a dinâmica sociocomunitária desenvolvida pela Universidade Católica na Trofa, em [www.trofatca.pt](http://www.trofatca.pt)

concretas, aliando o formal e o informal, promovendo a inovação social e combinando sempre a acção do Estado, do sector social e cooperativo e do sector privado;

-tudo isto para convergir no estabelecimento de *compromissos sociais concretos*. Privilegiamos o *poder com* e não o *poder sobre*. Estamos a chegar ao fim da era dos "protocolos", que dizem tudo e para nada servem. Precisamos de ir mais longe, e cada instituição deve procurar saber, de modo aberto, hospitaleiro e solidário, para cada acção de educação e formação concreta, o que quer e pode dar, para quê, com quem, para quando, até quando, como,... São estes compromissos que favorecem e solidificam o desenvolvimento e o tornam sustentável no tempo e na capacidade de promoção da justiça e da paz.

Em síntese, a adequada e cuidada educação e formação de cada um e de todos, ao longo de toda a vida e com a vida, só é possível no quadro destas dinâmicas pedagógicas e sociocomunitárias fundadas, no *encontro*, no *re-conhecimento*, na *cooperação* e no *compromisso* pessoal e social, quatro passos de dinâmicas que valorizem, reconheçam e comprometam os múltiplos poderes de um amplo leque de instituições e pessoas, seja para que ninguém fique de fora do acesso e do usufruto dos bens educacionais (ninguém pode ficar para trás!), seja para que a solidariedade seja o real cimento de sustentação do desenvolvimento humano e da vida em comum.

A crise que hoje vivemos está longe de ser apenas financeira e económica, reflecte uma complexa e profunda crise de sentido (nunca se falou tanto em ética como desde Setembro de 2008!) e sobretudo espelha uma dificuldade crónica que consiste em vivermos realmente no mesmo barco, de passagem e na escuta do outro, galgando fronteiras e acompanhando as trajectórias de vida de cada um, acolhendo todos e os seus interesses e fazê-lo, neste contexto tão difícil, em conflito de interesses e em paz.

A *pedagogia* surge-nos como um campo de conhecimento e um terreno sociopolítico privilegiado para a realização do direito universal à humanidade e dignidade de cada ser humano, particularmente importante neste momento em que ainda estamos longe de saber onde nos vai levar, a todos e a cada um, esta incontrolada deriva financeira e económica em que estamos mergulhados.

3.

No tempo em que o trabalho deixou de constituir o factor preponderante de inserção social e até de coesão social, abrem-se novos horizontes que não podemos deixar que sejam ocupados apenas por nuvens sombrias e pela repetição dos erros do passado. Aos educadores e formadores estão lançados reptos inadiáveis.

E o que fazer? Enuncio então, de forma muito breve, quatro reptos:

Primeiro: estar *com* as pessoas e não agir sobre as pessoas (crianças, jovens, adultos, séniores). Cada pessoa quando chega à nossa frente é portadora de uma história, uma memória, indefinições e projectos, que temos, antes de mais, de acolher em nossa casa de educadores, essa longa mesa posta onde aprendemos a ser mais e melhores, uns com os outros, na relação. Em vez dessa armadura quase inexpugnável com que nos aproximamos do outro e que o amedronta (programas, referenciais, projectos, cursos, catálogos, tudo certo e sabido a

priori!), o desafio, hoje, consiste em acompanharmos projectos e trajectórias de vida (mais do que meras inserções na vida profissional inicial ou no trabalho).

Podemos adoptar uma perspectiva de educação e formação que se centre sobre os campos do empowerment pessoal e da capacitação para este ou aquele desempenho social e profissional, trabalhando com os chamados “grupos vulneráveis”. É de louvar essa postura. Mas não podemos esquecer que a nossa melhor capacitação como educadores (igualmente vulneráveis como qualquer ser humano) consiste em estudarmos e reflectirmos, com base em contributos teóricos e nos dilemas do quotidiano, sobre *a filosofia da educação, em particular a antropologia e a ética*.

Um segundo repto, contido no primeiro, consiste em olharmos não já apenas cada pessoa isoladamente, mas a complexidade da realidade social, o “útero social” no qual cada pessoa se des-envolve ou não, abre os horizontes de possibilidades de realização ou não. Só uma abordagem aos territórios locais e à compreensão das suas dinâmicas sociais nos permite conhecer melhor as pessoas que olhamos nos olhos e, sobretudo, nos possibilita conhecer e reconhecer, compreender e cooperar com instituições e profissionais que são decisivos na hora de favorecer e impulsionar o desenvolvimento humano de cada pessoa.

Tenho defendido que é no quadro de uma regulação sociocomunitária da educação e da formação (Azevedo, 2009) que se devem inscrever as novas oportunidades de fomento das qualificações e das competências. É preciso toda uma comunidade para educar e formar cada pessoa, como nos diz o célebre ditado africano.

Ora esta lógica de acção e esta atitude por parte dos educadores e formadores requer um árduo trabalho e integração comunitária, uma grande capacidade de diálogo interinstitucional e interprofissional, a abertura ao inesperado, o humilde a persistente calcorrear de ruas e casas, a atenção permanente ao outro e a disponibilidade para ouvir, mais do que para falar (sobretudo porque a nossa fala já sabe tudo antes de chegar junto do outro ou da outra instituição!)

Um terceiro repto consiste em apostar numa atitude de permanente acompanhamento e orientação, a ser realizada *com* os jovens e adultos que procuram mais instrução, mais qualificação, adequada certificação e mais sabedoria. O que deve constituir o cerne desta orientação num ambiente cultural e social de tanta e tão profunda desorientação? A tarefa é muito complexa, mas a pergunta é muito pertinente e a procura comum de respostas para ela é muito importante. Muitas das pessoas que procuram mais qualificações, procuram tantas vezes, no âmago desta procura sedenta de educação e formação, um pouco mais de luz e de tranquilidade, um pouco mais de segurança e de conforto pessoal, procuram refazer vidas “desfeitas” pelo desemprego súbito, pela urgência de adaptação a novas exigências dos trabalhos que ainda se seguram e não se sabe até quando nem como, procuram, as mais jovens, um trampolim de inserção social e profissional, o enriquecimento de uma “arca de competências” que, afinal, nunca vamos encher convenientemente, simplesmente porque o mundo de hoje contém traços imprevisíveis e humanamente muito inconvenientes.

Face a este repto, que profissionais de educação e formação, que orientação escolar e profissional, que apoio contínuo a trajectórias de vida em sucessivos zigzague, os tais “voos

de borboleta”<sup>6</sup>, como em tempos os qualifiquei? Os ciclos de orientação e apoio aos “percursos de personalização” são cada vez mais curtos e mais exigentes, numa vida que se torna mais longa e num contexto mais turbulento. Muito temos a partilhar, sucessos e insucessos, tentativas apenas desenhadas e outras já no terreno. Mas precisamos de tempo, precisamos de parar, ouvir outros e pensar em conjunto, de crescer em conjunto com aqueles que somos desafiados a ajudar a desenvolver-se. Há muito trabalho a fazer, metas a cumprir, eu sei. Mas trabalhamos com pessoas, não somos operadores de máquinas automáticas. E isso faz toda a diferença. E é por isso que as intuições de educação e formação, chamem-se Escolas, Centros de Formação Profissional, Universidades ou Centros Novas Oportunidades não são nem fábricas nem empresas, são estaleiros de humanidade. E quanto mais quisermos que se assemelhem a fábricas ou empresas, menos educativas serão.

Em *quarto* lugar e como consequência dos três pontos anteriores, se é admirável que mais de um milhão de portugueses, sobretudo adultos, procure os Centros Novas Oportunidades, e isso só qualifica mais uma vez o povo português como um povo único e extraordinário (muito mais do que os seus governantes), já é muito pouco admirável a forma agressiva, armada, omnisciente e despidorada como milhares de formadores, na sua maioria jovens sem qualquer experiência, abordam estes portugueses que querem saber mais sobretudo porque querem ser mais. Sou muito claro e honesto na minha apreciação: estes formadores tudo sabem, tudo conhecem, surgem armados de referenciais, esquemas, catálogos, soluções para tudo e para todos, muito antes de chegarem junto do outro e muito antes de se aproximarem, ouvirem, acolherem e se comprometerem com cada outro. É preciso perguntarmos: os referenciais e os catálogos são instrumentos de apoio ou substitutos deste acto de proximidade e acolhimento que abrem qualquer acto educativo, que é sempre uma “avenida de liberdade”?

Quem, quando e como cuidou de uma cuidada formação dos educadores e formadores, dos técnicos de acompanhamento e orientação deste mais de um milhão de jovens e adultos que admiravelmente nos procuram? A ênfase que se colocou em construir uma armadura inexpugnável de referenciais e catálogos, sem dúvida instrumentos de apoio muito necessários, não será sobretudo a outra face do medo, da insegurança, da reprodução do modelo omnisciente de um Estado que tudo sabe e determina a priori, sobretudo porque acompanhada da falta de uma cuidada formação prévia e em serviço dos profissionais que são envolvidos nestas dinâmicas socioeducativas, instrumentos a que acabam por se agarrar para evitarem a insegurança e o seu próprio naufrágio?

Supostamente tidos como os novos “nadadores salvadores” das pessoas débeis, analfabetas e pouco competentes, estes profissionais da orientação e da formação de jovens e adultos agarram-se eles mesmos a estas bóias de salvação. Todavia, é tão claro como somos todos vulneráveis, é tão evidente como a vulnerabilidade é o rosto comum de todos os seres humanos, como temos de aprender uns com os outros, comprometidos uns com a sorte dos outros!

O facto de estarmos aqui, reunidos num Congresso sobre “Os novos profissionais da educação e formação para o trabalho. Desafios e exigências da aprendizagem ao longo da vida”,

---

<sup>6</sup> Cfr a obra “Voos de borboleta. Escola, trabalho e profissão”, Edições Asa, 1999.

constitui já uma força e motivação bastantes para nos dispormos a prosseguir neste caminho de procura incessante de respostas socioeducativas de qualidade face às necessidades permanentes de desenvolvimento humano das pessoas, ao longo da sua vida e com a sua vida, em comunidade. Estamos aqui porque queremos responder a estes reptos, porque já lhes estamos a dar resposta e precisamos de partilhar com outros os nossos percursos. E isso é muito bom!

Por isso termino felicitando-vos vivamente por isso, desejo que o Congresso abra novos horizontes e vos deixe porventura mais inquietos e à procura, certos de que nas veredas dos profissionais que cuidam do desenvolvimento humano, como dizia Mia Couto, encontraremos sempre “mais pedras do que caminho”. Mas não há mesmo outro caminho para todos os que dedicam a sua vida a essa belíssima actividade que é o cuidar do desenvolvimento humano de todos os seres humanos, em qualquer momento da sua vida, qualquer que seja a sua idade, género, etnia, cor ou crença.

Muito grato pela vossa atenção.

## Referências bibliográficas

Alter, N. (2003). Régulation sociale et déficit de régulation. In G. Terssac (Ed.), *La théorie de la régulation sociale de Jean-Daniel Reynaud* (pp. 77-88). Paris: La Découverte.

Azevedo, J. (1996). Educação e desenvolvimento local ou o romântico poder das escolas fecharem as aldeias. In E.L. PIRES (Org.), *Educação básica: Reflexões e propostas* (pp. 83-108). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Azevedo, J. (2001) Continuities and Discontinuities in Secondary Education in Western Europe. *Prospects*, Vol.XXXI, nº 1. Unesco, March 2001 (pp. 87-102)

Azevedo, J. (2007). *Sistema educativo mundial: ensaio sobre a regulação transnacional da educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Azevedo, J. (2007). *Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação*. Cadernos de Pedagogia Social, 1, 7-40.

Baptista, I., (2003) Problemas e Dilemas Éticos da Intervenção Sócio-educativa, in *Intervenção Social, Saberes e Contextos*, Paula Frassinetti, Porto.

Barroso, J. (2003). *A escola pública. Regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições Asa.

Barroso, J. (Org.) (2006). *A regulação das políticas públicas de educação*. Lisboa: Educa.

Domin, H.(2006) *Estende a mão ao milagre*. Porto. Cosmorama.

Gonçalves, J. L. (2004) *Interculturalidade e personalismo. Uma abordagem antropológica a partir da interpelação crítica de Abdallah-Pretceille* in M. F. Fernandes, J. L. Gonçalves, P. Leitão & E. Nascimento, *Da ética à utopia em educação* (pp 69-151). Porto. Edições Afrontamento

Innerarity, D. (2009) *A sociedade invisível* Lisboa. Teorema

Maroy, C. (2006). *École, régulation et marché: une comparaison de six espaces scolaires locaux en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France.

REYNAUD, Jean-Daniel (1997). *Les Règles du Jeu. L'Action Collective et la Régulation Sociale*. Paris: Armand Colin.

Reynaud, J.-D. (2003). *Reflexion: regulation de controle, regulation autonome, regulation conjointe*. In Terssac, G. (Ed.) (2003). *La théorie de la régulation sociale de Jean-Daniel Reynaud*. (pp 103-113). Paris: La Découverte.

Reynaud, J.-D. (2004). *Les règles du jeu: l'action collective et la régulation sociale*. Paris: Armand Collin.

Terssac, G. (Ed.) (2003). *La théorie de la régulation sociale de Jean-Daniel Reynaud*. Paris: La Découverte.